

## Palhaço, eu?

por Matheus Pichonelli

### A política nas redes sociais

O tempo é de indignação. No Facebook, incitações ao “vote nulo” vêm acompanhadas por animações bem sacadas de uma nova forma de consciência e juventude. Num deles, uma mulher armada de escopeta aponta o revide em direção ao dublê de candidato: “Não me vê há quatro anos e agora vem pedir meu voto, é?”

Noves fora a brincadeira, o engajamento virtual possibilitado pelas redes sociais é sintomático ao escancarar o descontentamento com o atual modelo de representação. É uma espécie de ativismo da má vontade: a indignação, sempre seletiva, é compartilhada aos pares e seguida por um alívio quase imediato de dever cívico cumprido. Um dever que vê na obrigação do voto um estorvo bianual.

Para entender esse engajamento às avessas é necessário ao menos conjecturar sobre a lógica desse eleitor a se manifestar. Uma primeira pergunta seria: os candidatos e futuros políticos são ruins porque o eleitor é preguiçoso ou o eleitor é preguiçoso porque os candidatos e futuros políticos são ruins?

Antes é preciso definir: ruim por que e para quem? A resposta parece óbvia. Ruim porque as propostas e bandeiras se repetem. Os jingles são medonhos. Os sorrisos forçados afrontam. O debate infantiliza a própria campanha. Exemplo disso é que tudo o que de pior surge na música nas vésperas da votação aterrissa aos montes na campanha eleitoral. Assim os “tchu e tchás” e “tchê tcherere tchê tchês” da rádio transformam candidatos, sérios ou não, em meros postulantes de Teletubbies.

Na eleição proporcional, a situação é ainda pior: o candidato entra num ringue com outros milhares de postulantes e tem cinco segundos pra explicar sua mensagem definitiva para a salvação da humanidade. “saúde-educação-moradia-e-combate-a-corrupção-para-todos-vote-em-mim-eu-sou-trabalhador-e-honesto”.

Tem como fugir disso?

(...)

Em outras palavras: a idiotização do debate é um caminho de duas mãos. “Ah, mas eles passam mais tempo se atacando do que discutindo propostas”. De fato. Mas basta assistir aos debates na tevê para perceber quem pauta essa postura. “E sua aliança com o Maluf?”; “Se o senhor fosse gay, sairia do armário?”; “O senhor é a favor do aborto?”; “É casado? Tem filhos?”. Desde a redemocratização, o País teve cinco presidentes, centenas de senadores e milhares de deputados e vereadores se revezando nas cadeiras parlamentares. Mas a essência das perguntas ainda parece a mesma.

Em 2012, a apatia dos tempos eleitorais, agora plastificada por um falso senso de indignação virtual, é muitas vezes explicada pela suposta ausência de mecanismos participativos, como se o único elo de interesse entre eleitor e candidato fosse o voto. Mas basta inverter a pergunta para perceber que nada é tão simples assim.

Em quatro anos, quantas vezes o eleitor se deu ao trabalho de fuçar no site da Câmara, do Senado ou dos Legislativos estaduais e municipais para saber se aquela velha promessa foi proposta em forma de projeto de lei? Quantas vezes o cidadão participou de reuniões de associações de classes para encaminhar propostas para a melhoria de um conjunto? Quantas vezes o professor de matemática reuniu a turma para explicar como funciona um Orçamento e como acompanhar a sua execução?

As respostas podem ser insuficientes, mas o leitor não terá trabalho para se lembrar das tantas vezes que, reunido com familiares e amigos da velha infância, ouviu sentenças beligerantes como: “político é tudo igual”; “não existe mais direita e esquerda no Brasil”; “bom mesmo é na China, onde se mata o corrupto e manda a conta da munção para a família”.

O curioso é que esse ativista virtual que vê graça em chutar cavaletes é, muitas vezes, o mesmo cidadão que se indigna quando grupos organizados se manifestam em vias públicas para cobrar mais humanismo no trânsito, mais espaço aos ciclistas, mais direitos às minorias. O eleitor que diz não ver diferença entre esquerda e direita, para quem, portanto, todo político é igual, é geralmente o mesmo que vê direitos demais a grupos de menos; o mesmo que defende pena de morte para ladrões de galinha sem direito de defesa; o mesmo que diz ter saudade do tempo em que não votava – e confiava em generais para tomar por ele as decisões que hoje tem preguiça de avaliar.

Essa saudade de quando estava “livre” de participar de soluções está de alguma forma ligada à miopia histórica que leva o eleitor médio a alimentar hoje uma estranha aversão à política. Tem razão o filósofo Vladimir Safatle, colunista de *CartaCapital*, quando demonstra preocupação sobre o novo conservadorismo brasileiro: um conservadorismo alimentado pela confusão entre os exercícios de cidadania e de consumidor (...). É mais ou menos assim: o acesso a direitos e serviços básicos, no Brasil, se dá conforme a capacidade do cidadão de pagar por esses direitos e serviços. Ele grita, e é ouvido, quando o serviço é mal prestado. Pois ele paga por isso. Como este processo de inclusão não se dá por via de programas universais de educação, saúde ou transporte gratuitos e de qualidade, ele acaba pagando para ter seus filhos na escola, ter seu plano de saúde ou seu carro na garagem. E se o bairro não tem esgoto ou água tratada, melhor subir na vida e mudar de bairro. Ou para Miami, de onde se poderá maldizer o atraso do país de origem segurando taça de vinhos desconhecidos por esses lados.

Como está acostumado a pagar pelo conforto, o brasileiro que a cada dois anos é levado a exercer seu papel de eleitor acaba também por confundir esses papéis. Ele paga (por meio de impostos, tributos e força de trabalho supostamente honesta) para não ser importunado. Eis o maior sonho de consumo, com o perdão do trocadilho: completar o trajeto casa-trabalho-escola-lazer e dormir crente de que alguém longe dele está zelando por seus direitos básicos, entre os quais não ter seus impostos jogados no ralo da malversação. No mundo ideal é até um desejo digno. Mas, banhado no caldo da alienação, soa como o mais preguiçoso dos exercícios de cidadania.

Se fosse o jogo da vida, esse eleitor a desferir as mesmas sentenças a cada campanha talvez visse como uma alternativa interessante esbarrar com um cavalete e voltar algumas casas do tabuleiro. “Está incomodado com a ‘sujeira’ na sua cidade: volte cinco décadas e permaneça em 64”. Ou em 68, ano da decretação do Ato Institucional Número 5, que suspendia o direito de *habeas corpus* para ativistas, dava ao presidente o poder de intervir e cassar direitos políticos e proibia manifestações populares de caráter político. Nessa época com certeza o eleitor estaria livre de cavaletes. E talvez se sentisse menos “palhaço” sentado na velha ordem.

[www.cartacapital.com.br/sociedade/palhaco-eu/](http://www.cartacapital.com.br/sociedade/palhaco-eu/)

**Questão 1** – Como se pode explicar a expressão “ativismo da má vontade”, usada pelo autor no segundo parágrafo do texto?


**Questão 2** – Cite duas justificativas dadas pelos eleitores para sua falta de interesse na participação política e mostre como o autor do texto as rebate.

<b>Justificativa 1:</b>
<b>Justificativa 2:</b>
<b>Contra-argumentos do autor:</b>